

Representações Cristãs na Educação e Saúde: Um Olhar sobre Londrina e o Paraná

Denise Martins Americo de Souza (FTSA)¹

Raimundo Soares de Souza (FTSA)²

Caius Costa Amaral de Sousa (USP)³

Resumo: Este artigo propõe uma análise da temática do Ensino Religioso no Brasil. Nesse sentido, a investigação parte do processo de implementação do primeiro modelo da disciplina norteado por diretrizes católicas. Em um segundo momento buscamos compreender o sucesso de sua prática pedagógica como ferramenta para a promoção da diversidade no Estado do Paraná, com destaque para a região de Londrina, assim como os impactos da presença de uma ideologia pluralista nos meios da saúde e assistencialista da cidade paranaense. Para isso, fazemos uso do suporte teórico-metodológico de Roger Chartier (2002), com base no conceito de representação.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Paraná; Londrina; Assistencialismo; Saúde.

1.Introdução

Historicamente, o Brasil estabeleceu leis com o objetivo de separação entre Igreja e Estado e o respeito ao livre exercício de cultos religiosos, respectivamente em 1891, conforme aponta Paula Monteiro (MONTEIRO, 2012, p.170) e dezembro de 2003 durante a o primeiro mandato do presidente Lula com a lei 10.825 (BRASIL, 1998). Contudo, a instituição e relevância de medidas como essas, não proporcionou a ausência do religioso no espaço público, sobretudo o catolicismo (RANQUETAT, 2004, p.116). O contexto histórico de conservação do cristianismo no maquinário estatal resultou em um campo religioso nacional e cultural, especialmente cristão. Numericamente, a categoria também é predominante no país, de acordo com o IBGE 2010, 64,4% da população se diz católica e 22,2% evangélica, constituindo um total de 86,8% de maioria cristã.

Como consequência, o pluralismo religioso no Brasil foi desenvolvido às avessas, ou seja, não como fundamento do Estado moderno, mas seu produto

1 Doutora em Educação (UEM), Mestre em Educação (UEL), Graduada em História (UEL). Docente da Faculdade Teológica Sula Americana (FTSA).

2 Mestre em Teologia Profissional (FTSA), Graduado em História (UEL), Bacharel em Teologia (FTSA).

3 Mestre em História Social (USP), Graduado em História (UEL).

(MONTEIRO, 2006, p.63). Em suma, a origem do debate sobre pluralismo religioso no país, remete-se ao período republicano, caracterizado pela disputa de atores religiosos e marginalizações de formas de fé que não condissessem com o catolicismo. Dessa forma, a legitimidade de práticas compreendeu a proteção legal daquilo que era definido como religião (cristianismo), em contrapartida o combate a magia (religiões de matrizes africanas). Paula Monteiro comenta que a demarcação de fronteiras e limites sobre religiões que ameaçavam a ordem pública pode ser entendido por um processo de tipificação e classificação das formas religiosas, em virtude de um país que acabara de sair da condição de escravocrata, “as práticas de negros, uma vez centradas em possessão, batuques e danças ‘diabólicas’, não podiam ser percebidas como ritos religiosos, derivando pois para a categoria inversa, a magia, voltada para o mal e francamente ameaçadora”. (2006, p.54)

Nesse sentido, destaca-se a ausência da construção de um projeto ideológico pluralista no que diz respeito ao Estado Nacional. A presença de um quadro de fé cristã subjungendo outros modelos de religião procedeu inicialmente na prática de um Ensino Religioso com marcadores ,exclusivamente católicos e de caráter catequético, dentre seus pressupostos pedagógicos era possível observar a inexistência sobre a transmissão de variedades religiosas e habilidades que contribuía para o diálogo inter-religioso. Foi somente a partir da Constituição Cidadã de 1988 que as diretrizes que até então comandavam a disciplina passam a ser reavaliadas, devido a tentativa de enraizamento de uma ideologia pluralista por parte do governo na década de 1990. Vale mencionar que o novo projeto educacional religioso acaba por influenciar outros campos da organização social, como o assistencialismo e a saúde, ambos investigados a partir de um recorte paranaense.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho trata-se de analisar, inicialmente a organização do Ensino Religioso no Brasil, dando destaque ao Paraná, visto que a região apresenta sucesso de implementação da disciplina enquanto política pública e adoção de uma perspectiva coletivista de tradições religiosas regionais e nacionais. Além disso, buscamos compreender o impacto da adesão pluralista do Estado no meio assistencialista e na saúde, à medida que “a expressiva homogeneidade racial e religiosa do Estado, em princípio, não estimularia a proteção à diversidade como uma agenda política prioritária” (MONTEIRO,2023, p.13). Para isso, a metodologia aplicada na pesquisa foi expositiva e qualitativa, buscando diante das fontes fazer uso do conceito de representação como forma de “identificar o modo como em diferentes

lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). O autor (2002) define representação como uma noção pela qual o indivíduo ou grupo cria significado, com base no mundo social e discursos ali produzidos. Assim, buscou-se apresentar, a partir do contexto educacional como o ensino religioso escolar se estabelece inicialmente por meio de significações culturais do catolicismo, em um segundo momento examina-se as mudanças ocasionadas na matéria, com base em um modelo de diversidade religiosa. Por fim observa-se o impacto das representações produzidas pela disciplina no campo social e assistencialista de Londrina.

2. Ensino Religioso no Brasil

Embora, a disciplina de Ensino Religioso exista no país desde o século passado, o recorte proposto pelo seguinte trabalho direciona-se a analisar dois momentos chaves para a implementação de um Ensino Religioso mais diversificado e com marcadores diferentes daquele estabelecido em sua origem, o catolicismo. Nesse sentido, investiga-se inicialmente o papel fundamental da Constituição de 1988 em promover a formação básica curricular para todas as escolas do país. É possível encontrar tais diretrizes no artigo 210, o qual propõe que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais (BRASIL,2018).

A partir da leitura do trecho percebe-se que desde seu início a proposta contemplava a grande dimensão cultural e regional do território nacional, consequentemente sua diversidade. Contudo, em países federativos de grande dimensão a existência de consensos sobre uma estrutura curricular comum são experiências acompanhadas por conflitos, como afirma Silva (1999, p.135) o conhecimento e o currículo podem ser entendidos como “campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia”. Ou seja, a elaboração dessa forma de documento resulta em antagonismos culturais e sociais, assim como debates a respeito de identidades culturais, religiosas, gênero e étnico-raciais. Nesse cenário de reações e ações na tentativa de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) conclui-se que até sua implementação em 22 de dezembro de 2018 pela resolução CNE/CP nº 2 percorreu-se um amplo caminho de debates.

Para compreensão da execução do Ensino Religioso no país, seguimos para o segundo momento decisivo em torno da temática. Assim, até recentemente, década de 1990, a efetividade do Ensino Religioso em instituições educacionais era observado sobre o viés de desrespeito a laicidade do Estado. O contexto modifica-se por meio da avaliação da matéria como ferramenta pedagógica para debates acerca da diversidade religiosa, como aponta Paulo Monteiro (2023, p.28) é: “nesse processo, que a questão do ensino da ‘diversidade religiosa’ toma o lugar do ensino da ‘religião’ como objeto privilegiado do currículo. A possibilidade de tratos mais coletivos do que individuais, isto é, retirando como referência pedagógica o catolicismo, gerou a regulamentação do Ensino Religioso no ano de 1997, com a formação de uma rede mais organizada para a transmissão do conteúdo (professores, organizações religiosas, instâncias municipais e regionais).

A ausência do catolicismo como marcador educacional sucedeu em uma prática da matéria incorporando o chamado pluralismo religioso, definido não como categoria analítica, mas normativa, contribuindo dessa maneira para a formalização de um projeto político que busque a superação de fronteiras entre as diferentes religiões e de organizações sociais pautadas em torno de uma mesma fé. Como destaca William Connolly (2008, p.307-309) “contornar a procura de uma diversidade é falhar em um teste elementar de fidelidade ao mundo”. Portanto, o conceito de pluralismo religioso coopera a superação de fronteiras concebidas, historicamente e não de forma natural entre diferentes grupos religiosos.

O pressuposto pedagógico do desenvolvimento de um Ensino Religioso mais plural está associado a um olhar mais inclusivo da prática, em vista disso a partir da década de 1990 passa-se cada vez mais a incorporar valores que dizem respeito ao gênero e condições étnico-raciais, além de, superar a definição da religião entre limites de certo e errado. Segundo Paula Monteiro (2023, p.21) os objetivos passam a ser éticos, indicando para o “respeito à convivência, tolerância e inclusão da diversidade religiosa no imaginário da nação”.

Parte dos avanços conquistados também são reflexo do tratamento do Ensino Religioso como fenômeno, uma vez que a igreja e família retiram-se do papel de transmissão do conhecimento sobre a matéria, promovendo-a ao ambiente acadêmico e universitário a responsabilidade, como sublinha Monteiro (2023,p.18) a partir dessa definição o ensino busca “tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilegio de nenhuma crença ou convicção [...] sem

desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida”. Em outras palavras, a compreensão a partir de pressupostos científicos sucede no ensino de diferentes significados de ritos, símbolos, mitos e acontecimentos religiosos, diante disso afasta-se do individualismo religioso de cada aluno e aproxima-se de tradições coletivas, sobretudo daquelas de maior incidência no Brasil - indígena, oriental, ocidental e africana. Por efeito, da ressignificação de noção de Ensino Religioso, em 2018 a BNCC passa a incluir oficialmente a disciplina como área do conhecimento.

O período também será marcado pelo momento simbólico de instituição do ensino da cultura e história afro-brasileiras e africanas pela lei 10.639 sancionada em 2003. Logo, a aprovação da lei passa a atravessar também o Ensino Religioso, fazendo com que o tema da diversidade cultural amplie-se. Em síntese, apesar da necessidade crítica acerca da prática educativa do Ensino Religioso, em razão do modelo peculiar de “laicidade à brasileira” descrito por Ranquetat (2014, p.116) como a relação privilegiada do catolicismo com o Estado, o país vem apresentado bons resultados na tentativa de produzir brasileiros sob o ponto de vista da diversidade, especialmente o estado do Paraná.

3. O Ensino Religioso no Paraná

O Paraná é o Estado que inaugura uma postura ecumênica em relação a ensino religioso. Essa postura foi implementada a partir dos debates que aconteceram ao longo das décadas de 1970, até os anos 2000.

As bases para as discussões sobre o ensino religioso durante essas décadas foram: a laicidade do Estado e a diversidade religiosa estar presente nesse contexto; a supressão da natureza confessional do ensino religioso já que as outras religiões têm representação social em instituições públicas ou privadas; a inserção de um currículo que tratasse nas escolas com métodos e conteúdos considerando a diversidade e respeito ao campo religioso diverso.

A participação do Paraná nesse campo de discussão não foi única. Já com a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 1996, implementada, de conselhos e fóruns do ensino religioso de São Paulo e Santa Catarina se mobilizaram para realizar ações e consolidação das realidades religiosas que estavam presentes nos espaços escolares, a autora Monteiro afirma:

Tendo em vista que a LDBEN de 1996 estabeleceu que fosse criada uma base curricular nacional para todas as disciplinas, associações que reuniam professores de Ensino Religioso, como a Associação Inter-Religiosa de Educação (ASSINTEC) no Paraná, os Conselhos de Ensino Religioso (FONAPER), se movimentaram nessa direção, reunindo representantes de várias confissões para debater um conteúdo que atendesse às expectativas das diferentes organizações religiosas. (2023, p.7)

A partir desse movimento de estruturação, organização e formação, o conceito de “Ensino Religioso Escolar” só foi legitimado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), 2017/2028, que passou a incluir o Ensino Religioso como área de conhecimento.

Porém, de acordo com Monteiro (2023) as incongruências acontecem quando o ensino religioso revela a ambiguidade presente nos documentos oficiais. Ou seja, de um lado se tem a proposta estabelecida numa visão de coletividade, pressupostos éticos, científicos e sem qualquer intenção de se privilegiar crenças específicas, conforme explicitado na BNCC (2018). Por outro lado, se considera a concepção como sendo fruto do próprio pensamento religioso.

Essa ambiguidade foi diferenciada nos documentos do Paraná, a partir da concepção do sagrado sendo definido como o principal objeto de estudo. Monteiro (2023) aponta o Paraná sendo um dos primeiros Estados a ter um ensino interconfessional com diretrizes adequadas ao currículo nacional e a formação de professores para a área. Diferentemente do que foi abordado na BNCC (2018) como o sagrado vinculado à noção de Transcendência (MONTEIRO, 2023, p.18), ou seja, relacionado a uma confissão definida por uma visão específica religiosa.

O caso do Paraná, como referência do ensino religioso escolar, ocorre pelo fato de se reconhecer as matrizes presentes na cultura da religiosidade brasileira; ou seja, as culturas indígenas, africanas, ocidentais e orientais.

Esse reconhecimento fortalece o que é fato no Brasil sobre: de um lado, a pluralidade cultural; e de outro, as divergências e intolerâncias quanto às religiões na interação social étnico-cultural. Romper com esse padrão em nome do respeito é avançar nas tentativas da tolerância religiosa a partir da visão de uma única crença, conforme a tradição do Brasil no catolicismo. Essa não foi a intenção do documento proposto sobre o ensino religioso escolar no Paraná.

Outro aspecto importante é entender que a proposta de um ensino religioso autêntico e coeso não se estabelece na via do ecumenismo escolar, mas ocorre com o compromisso de um Ensino Religioso Escolar, capaz de potencializar competências e habilidades que ultrapassem as barreiras estabelecidas pelo preconceito de pensamento, convivências e diferenças. O documento proposto como pelo Paraná estabelece essa intenção que coaduna com as competências e habilidades proposta na BNCC. Monteiro afirma:

Os autores do documento do Paraná supõem que ao dar a conhecer aos alunos as “diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos” (Brasil, [2018], p. 437) o Ensino Religioso seria capaz de desenvolver neles novas habilidades e competências básicas.¹⁶ Entre elas a habilidade de “compreender, valorizar e respeitar” as diferenças, a aptidão para a convivência com a “diversidade de crenças” e modos de vida outros e a capacidade de “debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso [...]” (Brasil, [2018], p. 437). (2023, p.23)

Porém, ultrapassar as barreiras do preconceito de pensamento, convivências e diferenças não se dá apenas no contexto escolar, entendemos que as escolas são espaços importantes na vida de todos os sujeitos, mas o Estado também tem participação na construção de discursos que promovam ações de entendimento para as realidades sociais e religiosas estruturadas historicamente nos espaços geográficos brasileiros.

Não se deve ter a religião como meio de se legitimar o poder seja da instituição confessional ou seja por parte de líderes políticos. Não cabe às instituições estabelecer representações sobre verdades unilaterais acerca do papel do sagrado no contexto das religiões. Sobre isso, o autor Sylvio Fausto Gil Filho, aborda no artigo sobre *O Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil*, a seguinte afirmação acerca da apropriação do sagrado como forma de legitimação do poder:

A religião indica princípios reguladores da vida e aponta, a partir de seu discurso fundador, a distinção entre a virtude e o erro. Nesta separação, uma classe específica se constitui para evocar e conservar os significados considerados verdadeiros para a sociedade.

Esta classe de especialistas da religião e sacerdotes apropria-se simbolicamente do sagrado e assim exerce o poder religioso. (GIL FILHO, 2005, p.12)

O grande desafio é promover o diálogo de convivência que transmitam entendimentos dos valores que são comuns a todos na diversidade presente, independentemente de qualquer confissão religiosa ou instituição. As cidades e seus governantes são responsáveis por criar princípios capazes de fortalecer e zelar pelas matrizes culturais da religiosidade local e suas comunidades.

4. Um olhar sobre Londrina.

Por ser forjada pela ética cristã, Londrina nasce com vocação religiosa em plena harmonia entre as principais confissões conhecidas na época. Quem vê o pluralismo religioso como se vê hoje na cidade, não imagina como foi importante a convivência cristã no princípio. Nos três principais seguimentos que constrói uma sociedade madura e livre, se faz com educação, saúde e assistência, que marca a construção de Londrina. Graças a essa vocação religiosa, tem sido possível uma relação de harmonia e convivência em paz na comunidade.

Para se ter uma ideia da pluralidade religiosa em Londrina em sua gênese, é só ler o que se conta no livro “Londrina Terra de Riquezas”⁴, o livro retrata as seguintes nacionalidades: Alemães, Italianos, Japoneses, Espanhóis, Portugueses, Poloneses, Húngaros, Ucrânicos, Tchecos, Russos, Austríacos, Suíços, Lituanos, Romenos, Iugoslavos, Ingleses e outras. Cada cultura com suas expressões religiosas bem definidas. Isso significa expressões além dos povos originais com suas diversidades culturais religiosas. Cada nacionalidade com sua cultura religiosa bem definida, passavam a viver harmoniosamente como uma comunidade de um só coração, tendo a fé como uma ferramenta motivadora para o enfrentamento das dificuldades que sobrevinha na formação da cidade.

4.1. Presença religiosa na educação

É visível e notório a presença religiosa em Londrina como se vê na educação. Como testemunho presente através décadas está o Colégio Mãe de Deus, onde o próprio

4 Londrina Terra de Riqueza, 2015. Projeto: Rádio CBN Londrina.

nome já anuncia o caráter da educação religiosa confessional como primeiro marco; e o Colégio Londrinense, um marco pioneiro na educação desde crianças mais tenra até ao ensino médio.

As escolas de ordens católicas: Colégio Marista, Colégio Mãe de Deus além de outras escolas, como as escolas protestantes: Colégio Adventista, Colégio “Para a Glória de Deus – PGD”⁵ e outras; ocupam o espaço geográfico na cidade de Londrina.

Destaca-se que mesmo sendo uma cidade formada com o conceito da ética protestante com base no liberalismo econômico, é a confissão católica que se organiza e disponibiliza a primeira escola na cidade como nos conta o jornalista Paulo Briguet em sua obra “Coração de Mãe”:

A chegada da caravana, em 21 de agosto de 1929, foi o nascimento histórico de nossa cidade; a oficialização do município, em 10 de dezembro de 1934, foi o seu nascimento político; mas a fundação do Colégio Mãe de Deus, em 3 de março de 1936, foi o nascimento espiritual e cultural de Londrina. (BRIGUET, 2017, p.15)

Londrina reproduz o que ocorreu em demais locais do Brasil: não tem como se pensar em cidade sem perceber o papel da cruz do cristianismo como o símbolo da ocupação de uma terra desconhecida pelos de fora. Foi a partir do sinal da cruz que Londrina cresceu e se desenvolveu como uma das cidades mais importantes do interior do Brasil.

4.2. Presença religiosa na saúde

Pensar uma comunidade saudável, precisa se pensar em saúde tanto individual quanto coletiva ou comunitária como saúde pública. E uma das melhores maneiras para se começar é começar pela sociedade civil religiosa, isso é um ato de boa vontade, um ato de misericórdia, como fruto da obra de caridade da confissão católica ao organizar o primeiro hospital com o caráter comunitário, ao alcance de todos, que é a Santa Casa de Misericórdia de Londrina, de acordo com o autor José Antônio Pedriali (2012, p.23), informa “que teve seu primeiro paciente em 6 de setembro de véspera de sua inauguração, transferida do Hospital da Campanha e do Hospitalzinho dos Indigentes.”

Depois da doação do espaço pela Companhia de Terras Norte do Paraná, comentado por Pedriali:

⁵ Fundado em 1997, o PGD iniciou as atividades com 09 funcionários e 57 alunos.

A transmissão de posse do terreno da Santa Casa aconteceu em 2 de outubro de 1943 no escritório da CIA. de Terras, cujo diretor, Arthur Thomas, anunciara a intenção de doá-lo na primeira reunião da Sociedade Beneficente, em 1º de março de 1936. O “Paraná Norte” interpretou a “generosa e valiosíssima doação” como a “mais importante até o momento recebida pela Irmandade da Santa Casa”. (PEDRIALI, 2012, p. 25)

Toda essa experiência mostra a força da religiosidade em busca do bem comum da cidade. Mostrando que a força coletiva desempenha políticas públicas que garantem a proteção social como guardiã dos necessitados em toda a vulnerabilidade social. É assim que se trabalha o coletivo buscando alcançar o individual como meio de transformação social. Pensando nessa possibilidade, os evangélicos criaram uma Sociedade Beneficente Evangélica de Londrina que existe desde 1946, dentre tantas ações, destaca-se o Hospital Evangélico como prestador de serviços médicos filantropicamente, à mais de 70 anos fazendo o bem na cidade Londrina como referência para toda a região Norte do Estado do Paraná.

Outra referência é o Hospital do Câncer, que desde 1920, idealizado pela Sr^a Lucila Pinto Ballalai, emancipado em 08 de novembro de 1965, com o nome de Centro Norte Paranaense de pesquisas Médicas, ou Instituto do Câncer de Londrina, foi assim chamado o hoje conhecido Hospital do Câncer de Londrina. A escritora Maria Elena Bonsanino em seu livro “Mulheres de Londrina: pilares de uma cidade”, declara (BONSANINO, 2017, p. 241)

O Hospital do Câncer foi a concretização de uma ideia nova trazida dos grandes centros pelo notável Dr. Jonas de Faria Castro Filho, conhecido como Dr. Joninhas, figura respeitável na área da saúde em Londrina e compartilhada com a benemérita Lucila Ballalai durante uma conversa em seu consultório. Na ocasião, Dr. Joninhas expôs a ela a importância da prevenção do câncer na mulher, enfatizando que a medicina já estava dando início à prevenção ginecológica e era chegada a hora de viabilizar um espaço em Londrina para dar início ao atendimento ambulatorial às mulheres do município e região.

Esse tem sido o caminho percorrido pelas instituições religiosas na cidade de Londrina sempre visando o bem da cidade, procurando acolher os que clamam por seus direitos sem poder ter acesso.

4.3 Presença religiosa na assistência social

A igreja católica por meio dos padres, freiras e os leigos diáconos formam os primeiros movimentos na criação de instituições filantrópicas por meio de campanhas assistenciais e aproximação comunitária. A partir dos anos 70, as religiões são desafiadas a responder o clamor das crianças e adolescentes em vulnerabilidade em toda a cidade de Londrina. Foi assim que surgiu a primeira conferência da Sociedade de São Vicente de Paula em Londrina. (SUILVA, Claudia Neves da. Processo de Consolidação da Igreja Católica no Município de Londrina (1934-1957) versão, UNESP/Assis – SP. 1999. Ainda de acordo com essa autora:

Nas décadas de 40 e 50, houve um aumento no número de famílias atendidas pelos vicentinos, justamente em uma época em que Londrina era apresentada como a “Capital Mundial do Café”. Se por um lado, o número de famílias atendidas aumentava, por outro lado, a elite econômica (grandes cafeicultores, profissionais liberais e empresários), que vivia em função do café, conhecia um período próspero, com altos lucros no mercado e grande expansão da área cafeeira.

Com o crescimento e o progresso de Londrina, surgem os desafios sociais, e com estes desafios, surge a busca por resposta. Ao ouvir o clamor da criança e do adolescente, a comunidade católica oferece uma Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – EPESMEL desde os anos 1.973.⁶

Do lado dos protestantes, existem várias iniciativas como: MEPROVI – Ministério Evangélico Pró-Vida,⁷ da Igreja Presbiteriana Central de Londrina; Centro Esperança Por Amor Social – CEPAS,⁸ organizado por um grupo de Batistas da Convenção Batista Brasileira - CBB⁹, na cidade de Londrina. Ainda nos anos de 1951, os batistas brasileiros da CBB residentes em Londrina, foram pioneiros, ao entregarem à sociedade londrinense um orfanato com o nome de “Lar Batista Paranaense – LBP”,¹⁰ no acolhimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, Por meio dessa vocação da sociedade londrinense de manter o exercício da fé comunitária, sempre

6 Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – EPESMEL, desde 1974 acolhendo e preparando criança e adolescente para uma vida digna na sociedade londrinense. Uma ong da Igreja Católica.

7 MEPROVI-Ministério Evangélico Pró-vida, da Igreja Presbiteriana Central de Londrina, localizada na Rod. Mabio Gonçalves Palhano, 3.000, Gleba Fazenda Palhano, Londrina – PR.

8 Centro Esperança Por Amor Social-CEPAS, UMA ONG, mantida por um grupo de batistas de várias Igrejas Batistas da Convenção Batista Brasileira – CBB, desde 1990.

9 Convenção Batista Brasileira – CBB, uma convenção de Igrejas Batistas a nível nacional, com sede no Rio de Janeiro desde 1907.

10 ECO do Norte. Órgão Informativo da Associação das Igrejas Batistas do Norte do Paraná, Diretor: Thomas N. Clinkscales, Redator: Agenor H. Ribeiro. Ano I, dezembro de 1951, número especial.

buscando o respeito na convivência harmoniosa, resultou em uma experiência nova na cidade que foi a organizando do “Grupo de Diálogo Inter Religioso – GDI”¹¹ de Londrina em 2015 pela Associação Médica de Londrina – AML.¹² O GDI aconteceu como um movimento pela paz, onde vários líderes religiosos se dispuseram a uma caminhada pela paz na cidade de Londrina, 27 religiões participam do movimento. As igrejas cristãs e não cristãs em busca de uma convivência, buscando a paz na cidade.

Considerações finais

A partir das considerações apresentadas sobre a instituição do Ensino Religioso no Brasil, infere-se a presença de uma hegemonia católica para a condução da disciplina em sua origem. Cenário esse, que altera-se profundamente na década de 1990 com a nova Constituição, quando questionamentos sobre a possibilidade de utilizar a disciplina como ferramenta pedagógica para avanços no que diz respeito a pluralidade religiosa recebe maiores contornos. Com base, em uma perspectiva mais coletivista e menos individualista de crenças, analisamos a região do Paraná, enquanto exemplo de sucesso ao promover debates sobre a diversidade religiosa em sala de aula, como assinala Monteiro (2023, p.13) o Paraná “foi um dos primeiros estados da federação brasileira a desenvolver um ensino interconfessional e um dos que mais rapidamente investiu na adequação do Ensino religioso às diretrizes curriculares nacionais”.

A aplicação do modelo ocorreu, de acordo com debates presentes na agenda da BNCC de 2017 sobre pluralidade religiosa, além de acompanhar avanços com relação ao tema de gênero e raça, questões desenvolvidas também no período de 1990. A tentativa da realização de uma agenda política mais diversificada na região paranaense, resultou na investigação da cidade de Londrina, como exemplo, de adoção de uma postura ideológica mais pluralista, e como essa proporcionou olhares mais amplos para os campos da saúde e assistencialismo. Dessa forma, possibilitando o surgimento de uma estrutura social que acolhesse diferentes modelos de fé.

Os apontamentos de Roger Chartier (1990/1991) sobre a formação de um conceito de representação da realidade por meio de convergências e divergências de atores sociais, possibilitou um maior entendimento do processo das discussões, debates

¹¹Associação Médica de Londrina – AML, organizada em 18 de outubro de 1941, com o nome de Sociedade Médica de Londrina – SML, em 1956 passou a se chamar Associação Médica de Londrina – AML.

¹² Grupo de Diálogo Inter-religioso – GDI, organizado em 23 de junho de 2015, pela a Associação Médica de Londrina – AML.

e consolidação de como se estabeleceu no Paraná a situação referente ao Ensino Religioso Escolar. As representações estabelecidas foram com base numa busca de reconhecimento da presença do pluralismo religioso e suas manifestações nos espaços escolares. Porém, ainda se tem como representação maior a referência da presença cristã católica e protestantes no caso de Londrina. As demais representações das expressões de espiritualidade na cidade também se firmam nessa promoção do bem, mas ainda em processo.

Outro aspecto que não podemos deixar de mencionar é o entendimento de que a religião não é caminho para se legitimar poderes de qualquer natureza. Embora sabe-se que muitos se apropriam dessa prerrogativa para manipular, distorcer, desqualificar e se beneficiar defraudando princípios e valores. Reafirmar que não cabe às instituições a imposição de verdades unilaterais com base numa visão pessoal ou política acerca do sagrado no contexto sobre religiões.

O Ensino Religioso Escolar é um componente curricular importante para se reconhecer as matrizes e os fenômenos presentes das diferentes religiosidades na sociedade brasileira, assim como, o entendimento dos valores comuns a todos possibilitando uma consciência autêntica de respeito e tolerância ao diferente.

Em relação a cidade de Londrina, economicamente desigual em seu processo de urbanização inicial, as populações de Londrina enfrentaram diferentes realidades sociais para assuntos que envolviam a saúde, educação e assistencialismo. A elaboração de perspectivas impares sobre o ambiente da época por parte de populações locais e imigrantes que ali passavam a residir, faz referência ao conceito teórico de representação de Roger Chartier, definido como processo plural e contraditório de criação de sentido e significados ao mundo (CHARTIER, 1990, p.27-28).

Chartier (1990), pela categoria proposta, busca compreender as práticas, as quais envolvem a construção da realidade como representação, logo ao entendermos as representações estaríamos concebendo o funcionamento social e as práticas que envolvem as relações de manifestações culturais religiosas e sociais.

Em vista disso, o conceito foi essencial para uma leitura das medidas públicas adotadas por grupos religiosos hegemônicos na cidade - católicos e evangélicos - diante de sua urbanização, tendo em vista que as políticas adotadas visaram a formação de uma rede que pudesse acolher os grupos mais marginalizados economicamente. A partir do surgimento de instituições como Hospital do Câncer de Londrina e o colégio Mãe de Deus, camadas mais desfavorecidas passaram a ter uma estrutura que os atendessem.

Referências

ADUM, Sonia Maria S. Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930-1960)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. Historiografia Norte Paranaense: Alguns Aparentamentos. In: ALEGRO, Regina C.; CUNHA, Maria de F.; MOLINA, Ana H.; SILVA, Lúcia H. O. (Orgs.). **Temas e questões para o ensino de história do Paraná**. Londrina: Eduel, p.3-26, 2013.

ARIAS NETO, J. Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 2008.

ARRUDA, Gilmar; PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, v.18, p.240-263, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr> Acesso em; set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BONI, Paulo César. **Fincando Estacas: a história de Londrina**. Londrina: Ed. Do Autor, 2004.

BONSANINO, Maria Elena. **Mulheres de Londrina: pilares de uma sociedade**. Pinturas Carlos Ruiz, - Londrina: Kan, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRIGUET, Paulo. **Coração de Mãe – Londrina: Instituto Secular das Irmãs de Maria de Schoenstatt**, 2017.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: O caso do Norte do Paraná**. 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. 1998.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Rio de Janeiro:

1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. Av. São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CONNOLLY, William. An Interview with William Connolly. **In the New Pluralism: William Connolly and the Contemporary Global Condition**, p.305-336, 2008.

ECO do Norte. **Órgão Informativo da Associação das Igrejas Batistas do Norte do Paraná**, Diretor: Thomas N. Clinkscales, Redator: Agenor H. Ribeiro. Ano I, dezembro de 1951, número especial.

MASCHIO, Edison. **Doc Londrina**. Londrina, 08, dez. 2011. Disponível em: <http://doclondrina.blogspot.com/2011/12/edison-maschio.html?q=maschio>. Acesso em: 19 out. 2022.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **O Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil: Discurso e Poder frente ao pluralismo religioso**. Diálogo Educacional, vol. 5, nº 16, septiembre-diciembre, 2005. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Brasil. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116175009> > Acesso em: 10 nov. de 2023.

HARA, Tony. **Caçadores de notícias: História e crônicas policiais de Londrina 1948-1970**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUPPER, Agnaldo. Do Ginásio Londrinense à UniFil: a edificação de uma história – Londrina: EdUniFil, 2010.

MONTEIRO, Paula. Da Liberdade Religiosa ao Pluralismo: a diversidade como valor no Ensino Religioso Escolar no Paraná. **Horizonte Antropológico**. Porto Alegre, v.65, n.29, p.1-36, 2023. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/horizontes/7275>> Acesso em: 10 nov. de 2023.

MONTEIRO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, **Novos Estudos**, n.74, p.47-65, 2006.

MONTEIRO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso, **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.32, v.1, p.167-183, 2012

PEDRIALI, José Antônio. **A Santa Luta da Nossa Casa**. Londrina: ISCAL, 2012.

PROENÇA, Wander de Lara. Fontes orais e disputas pela memória: uma análise a partir

das primeiras produções historiográficas sobre o norte do Paraná. In: **Encontro Regional Sul de História Oral**, X, 2019, Curitiba. Anais [...] Curitiba: UFPR/ABHO, p.1-12, 2019.

RANQUETAT, Cesar. A imagem de Cristo nos parlamentos, *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.32, v.1, p.94-121, 2014.

ROLIM, Rivail Carvalho. **O policiamento e a ordem**. História da polícia em Londrina – 1948-1962. Londrina: EDUEL, 1999.

RUBERT, Gabriela Cristina M. **A construção do sagrado**: benzedeadas e práticas religiosas em Cambé/Paraná. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SILVA, Maria Nilza. **Dona Izolina e a Venda dos Pretos**: solidariedade e resistência. Londrina: Eduel, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana; SOUZA, Alexsandro Eleotério de Souza. **Negro em Movimento**: a trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/leafro/>> . Acesso em: 23 set. 2023.

SOUZA, Raimundo Soares de. **Manual de Gestão Social**: a promoção da cidadania pelo Lar Batista e CEPAS com infantojuvenis em condição de vulnerabilidade em Londrina. Londrina: FTSA, 2022. <<https://br.linkedin.com/company/aebel---associa%C3%A7%C3%A3o-evang%C3%A9lica-beneficente-de-londrina>>